

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.012 - RS (2019/0059170-0)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RECORRIDO : AMARILDO DOS SANTOS RAMOS JUNIOR (PRESO)**  
**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 479 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NULIDADE. EG. TRIBUNAL DE ORIGEM DETERMINA NOVO JULGAMENTO. PLEITO MINISTERIAL DE AFASTAMENTO DA NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE EFETIVO PREJUÍZO. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com base na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do mesmo Estado, cuja ementa foi redigida nos seguintes termos (fl. 676):

*"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRONÚNCIA INTEGRALMENTE MANTIDA. Manutenção da pronúncia. Consta nos autos declarações prestadas por um policial civil, em juízo, que detalha os elementos investigativos e dá conta da possível participação do réu no fato imputado. Outrossim, estão presentes relatos de testemunhas, na polícia, imputando ao réu a autoria delitiva do fato imputado. Apesar de ter ocorrido a alteração da versão de algumas testemunhas, houve menção de temor e ameaça desde a fase investigativa. Assim, é caso de manter a sentença de pronúncia, para que o feito seja julgado pelo Conselho de Sentença.*

*Qualificadora do motivo torpe. Menção de que o crime possa ter sido praticado em razão de motivação torpe pela*

*vingança. Há indicação de que a vítima possivelmente foi morta em vingança por acreditarem que estaria envolvida na morte do irmão de um dos envolvidos. É possível que o recorrente tenha anuído o ânimo vingativo do coacusado. RECURSO DESPROVIDO."*

Nas razões do recurso especial, aponta o recorrente contrariedade ao artigo 479, do Código de Processo Penal, ao argumento de que *"a decisão impugnada acabou por negar vigência a esse dispositivo, porquanto, conforme atestado na ata de julgamento, a menção genérica a documentos desentranhados dos autos não foi capaz de configurar excesso por parte do Ministério Público, inexistindo, ademais, registro da específica extensão das referências realizadas, o que, por consequência, não é apto a gerar os efeitos apontados."* (fl. 873).

Requer, ao final, o provimento do recurso para que seja afastada a nulidade e determinado o prosseguimento do julgamento da apelação defensiva.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 882-887) e admitido o recurso, manifestou-se o Ministério Público Federal por seu provimento (fl. 907-909).

É o relatório.

**Decido.**

Consta dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 18 (dezoito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal.

O eg. Tribunal **a quo** deu provimento ao recurso da Defesa, acolhendo a preliminar de nulidade, por violação ao art. 479 do Código de Processo Penal, determinando novo julgamento.

Nas razões do especial, o Ministério Público alega que houve apenas a menção genérica a documentos desentranhados dos autos, o que não foi capaz de configurar excesso por parte da acusação, ademais, inexistiu registro da específica extensão das referências realizadas, o que, por

consequência, não é apto a gerar os efeitos apontados.

Para melhor delimitar a presente **questão** trago à baila os fundamentos lançados no v. acórdão vergastado, **verbis** (fls. 857-859, grifei):

*"Assim constou no item nº 9 da ata de julgamento, relativo ao campo dos incidentes (fl. 661):*

*"Logo após a abertura da sessão, antes do sorteio dos jurados, o Ministério Público postulou a reconsideração da decisão que indeferiu a juntada de documentos, alegando que o prazo do art. 479, do CPP seria até fim o do dia 01/06/2018. A defesa insurau-se ao pedido, inclusive requerendo o cancelamento da solenidade, pois o fato de haver menção e descrição dos documentos que seriam juntados já geraria nu/idade. Pelo Juiz: mantenho a decisão que indeferiu a juntada de documentos, por seus próprios fundamentos. A mera referência genérica aos documentos e fotografias, as quais foram desentranhados e sequer foram apresentados nesta oportunidade, não gera nu/idade".*

*Como se percebe, a documentação em face da qual a defesa se insurge estava desentranhada dos autos, previamente à sessão de julgamento, a pedido da defesa (fl. 656v) e por determinação do juízo singular (fl. 657), **em razão de a juntada ter sido feita em desacordo com o artigo 479 do Código de Processo Penal.***

*Não obstante, o Ministério Público, na abertura da sessão em Plenário, na presença de todos os jurados e quando ainda não composto o Conselho de Sentença, requereu a "reconsideração" dessa decisão, o que foi, de pronto, indeferida pelo magistrado.*

*Ocorre que, como consignado pela defesa na ata de julgamento, **não se tratou de um mero pedido de reconsideração** por parte do agente ministerial, pois este **descreveu**, antes mesmo do início da sessão, o conteúdo dessa documentação em frente aos jurados, **cujo teor era desfavorável ao réu**, pois consistia, pelo que se depreende da anterior manifestação defensiva (fl. 656v), numa pesquisa unilateral e incompleta do sistema de Consultas Integradas.*

*Ora, é evidente a falta de ética processual empreendida pelo agente ministerial, tendo em vista que se realmente visasse a reformar a decisão do juízo singular, deveria ter recorrido no momento oportuno.*

*Sem embargo, antes da sessão plenária o Promotor adiantou a leitura de documentos os quais não estavam juntados aos autos e que já haviam sido desentranhados do processo por determinação do juízo a auo.*

*É evidente que a atitude atécnica do Promotor **pode ter influenciado o íntimo convencimento dos jurados**, isso é, **há possibilidade de o julgamento ter iniciado com o Conselho de Sentença predisposto a condenar o recorrente, além de ter flagrantemente surpreendido e cerceado a defesa técnica do acusado.***

*Há saliente violação ao artigo 479 do Código Processual Penal, cujo teor trago a lume:*

[...]

*Por outro lado, esclareço que o magistrado deveria ter cassado imediatamente a palavra do agente ministerial no momento em que este passou a ler documento que não constava aos autos e que **era prejudicial ao acusado**. Todavia, o julgador aguardou **toda a (ilegal) leitura** do Promotor para, somente após, manter o indeferimento da juntada da documentação.*

*Cabe referir que em Plenário todo e qualquer detalhe pode influenciar no ânimo dos jurados que decidem conforme sua livre convicção imotivada, prescindindo sua decisão de fundamentação concreta. **O prejuízo causado à defesa é, portanto, manifesto, devendo o apelante ser submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.***

*Por fim, saliento que, mesmo com esta anulação, fica vedado ao Ministério Público juntar novamente aos autos os documentos desentranhados pelo juízo singular, uma vez que o órgão ministerial, quando os acostou, o fez fora do prazo processual previsto no artigo 479 do Código Processual Penal e deu causa a esta anulação do processo."*

É esta a letra do artigo 479 do Código de Processo Penal:

*Art. 479. Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.*

*Parágrafo único. Compreende-se na proibição deste artigo a leitura de jornais ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados.*

A **ratio legis** do art. 479 visa evitar que a parte contrária seja surpreendida por ocasião da sessão de julgamento com a leitura ou exibição de documento ou objeto ignorados pela parte adversa, em estrita observância aos princípios da não surpresa, da lealdade processual, da paridade de armas e do contraditório. Ainda, conforme disposição do parágrafo único do dispositivo citado, a proibição alcança os jornais ou qualquer outro escrito, exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, que digam respeito diretamente à situação fática tratada nos autos e submetida à apreciação dos Jurados.

É essencial para incidência da norma constante do art. 479 que o conteúdo verse sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos Jurados, estando também compreendida na proibição os documentos ou

gravações que, a despeito de não se referirem diretamente ao fato em discussão, digam respeito ao agente, como a sua certidão de antecedentes criminais.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO. TRIBUNAL DO JÚRI. ART. 482 DO CPP. VÍCIO NA FORMULAÇÃO DE QUESITO. INOCORRÊNCIA. NULIDADE RELATIVA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO. LEGITIMIDADE PARA ARROLAR TESTEMUNHA. INVERSÃO NA ORDEM DE INTIMAÇÃO PREVISTA NO ART. 422 DO CPP. MERA IRREGULARIDADE. ART. 479 DO CPP. LEITURA E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS JORNALÍSTICOS EM PLENÁRIO. PEDIDO INDEFERIDO. RESPEITO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.*

*1. O quesito elaborado com a seguinte redação: "O aborto foi realizado sem o consentimento da gestante?", relativo ao art. 125, CP, não viola o art. 482, CPP, sendo certo, ademais, que a defesa não arguiu a suposta nulidade no momento oportuno, nem demonstrou, objetivamente, qual o prejuízo sofrido com tal formulação.*

*2. É possível o arrolamento de testemunhas pelo assistente de acusação, respeitando-se o limite de 5 (cinco) previsto no art. 422 do CPP, visto que a legislação de regência lhe faculta propor meios de prova (art. 271 do CPP), notadamente quando já inseridos os nomes daquelas no rol da denúncia.*

*3. A inversão da ordem de intimação prevista no art. 422 do CPP não tem o condão de anular o julgamento pelo Tribunal do Júri, uma vez não ter sido comprovado nenhum prejuízo, além de ter ocorrido a preclusão consumativa.*

*4. O art. 479 do Código de Processo Penal não permite, durante o julgamento em Plenário do Júri, a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com antecedência mínima de três dias, quando o seu conteúdo versar sobre matéria de fato constante do processo.*

*5. No caso, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o Juiz singular indeferiu a exibição e leitura de material jornalístico acerca de homicídios ocorridos na região em circunstâncias semelhantes à dos autos, a fim de evitar qualquer surpresa à acusação, sendo autorizada a referência aos documentos na sessão plenária, a fim de amparar a tese de negativa de autoria sustentada pela defesa.*

6. *Recurso especial desprovido.*" (REsp 1503640/PB, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Gurgel de Faria**, DJe 13/08/2015)

*"RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. VIOLAÇÃO AO ART. 479 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. LEITURA AOS JURADOS DE REPERTÓRIOS DE JURISPRUDÊNCIA QUE NÃO SE REFEREM AO CASO EM JULGAMENTO. JUNTADA DENTRO DO TRÍDUO LEGAL. DESNECESSIDADE. NULIDADE PORVENTURA EXISTENTE. NATUREZA RELATIVA. PREJUÍZO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. *O art. 479 do Código de Processo Penal dispõe acerca da necessidade de juntada de documentos ou objetos que serão utilizados pelas partes na sessão plenária dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis a contar do dia designado para o julgamento, em obediência aos princípios do contraditório, da não surpresa, da lealdade processual e da paridade de armas. Referida disposição normativa alcança os jornais, escritos, vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer meio assemelhado que digam respeito diretamente à situação fática submetida a julgamento pelo Conselho de Sentença.*

2. *Se o documento ou objeto não guarda relação direta com os fatos retratados nos autos e imputados ao agente, desnecessária sua juntada dentro do tríduo legal.*

3. *Referência doutrinárias e repertórios jurisprudenciais que não digam respeito ao caso submetido a julgamento não estão abrangidos pela proibição constante do art. 479 do CPP.*

4. *Eventuais nulidades decorrentes da inobservância do art. 479 do Código de Processo Penal são de natureza relativa e, como tal, exigem a demonstração de efeito prejuízo pela parte dita prejudicada. Máxima pas de nullite sans grief. Precedentes.*

5. *A modificação do acórdão recorrido quanto à ocorrência de prejuízo ao recorrente, demanda incursão no material fático-probatório, providência obstada na via do recurso especial.*

6. *Recurso especial a que se nega provimento.*" (REsp 1339266/DF, **Sexta Turma**, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 24/06/2014)

Assim, a juntada de documentos requer não só a sua juntada

dentro do tríduo legal previsto no art. 479 do Código de Processo Penal, mas a intimação para que a defesa possa, se quiser, elaborar contraprova, realizando-se efetivamente os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Contudo, conforme a jurisprudência desta Corte, eventuais nulidades decorrentes da inobservância do art. 479 do Código de Processo Penal são de natureza relativa e, como tal, **exigem a demonstração de efetivo prejuízo em observância ao disposto no art. 563 do Código de Processo Penal** que traz a máxima **pas de nullité sans grief**, in verbis: "*Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa*".

A propósito:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. ART. 121, II, III E IV, DO CÓDIGO PENAL - CP. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1) VIOLAÇÃO AO ART. 479 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. INOCORRÊNCIA. DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS NA SESSÃO DE JULGAMENTO. NULIDADE RELATIVA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. CONCLUSÃO QUE DEMANDA REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO PARA SER AFASTADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A violação ao art. 479 do CPP, conforme precedentes, acarreta nulidade relativa, devendo ser demonstrado o efetivo prejuízo.*

*2. In casu, o Tribunal de origem destacou que a documentação juntada aos autos, resultado de sindicância de atendimento hospitalar da vítima, no dia da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri não trouxe prejuízo para a defesa. Para se concluir de forma diversa do Tribunal de origem, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, vedado conforme o óbice da Súmula 7/STJ.*

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 744.187/DF, Quinta Turma, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 13/04/2018)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NULIDADE DE QUESITAÇÃO DE QUALIFICADORA. PREJUDICIALIDADE. MATÉRIA JÁ*

DECIDIDA EM SEDE DE HABEAS CORPUS POR ESTA CORTE SUPERIOR. VOTAÇÃO DOS QUESITOS. PERTURBAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. OFENSA AO ART. 479 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE ATO DE DEMISSÃO SUPOSTAMENTE LIDO EM PLENÁRIO FOI REVERTIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. ART. 563 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE COTEJO E SIMILITUDES FÁTICA E JURÍDICA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

7. Ademais, *em relação aos arts. 479 e 485, § 2º, do CPP, segundo a legislação penal em vigor, é imprescindível, quando se trata de alegação de nulidade de ato processual, a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, consagrado pelo legislador no artigo 563 do Código de Processo Penal, verbis: "Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa".*

10. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1706035/MG, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 22/11/2018, grifei)

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. APRESENTAÇÃO DE REPORTAGENS EM PLENÁRIO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO CONSTANTE NO ART. 479, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP. ALEGADA NULIDADE. MATÉRIA NÃO TRATA DO CASO DOS AUTOS. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A exibição e leitura em plenário de reportagens genéricas acerca da violência policial não contraria o disposto no art. 479 do Código de Processo Penal, uma vez que, consoante dispõe seu parágrafo único, a antecedência mínima e a ciência à outra parte são exigidas apenas quanto aos elementos probatórios que possuam relação direta com os fatos submetidos ao Tribunal do Júri. 2. Não demonstrando a defesa que os documentos se relacionavam com os fatos sub judice, em observância ao princípio do pas de nullité sans grief, não há prejuízo a justificar a declaração de nulidade.

3. Desconstituir o acórdão recorrido para firmar entendimento em sentido contrário, reconhecendo que as reportagens se referiam diretamente aos fatos submetidos a



*juízo, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.*

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1654684/SP, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, DJe 12/09/2018)

No caso dos autos, o eg. Tribunal **a quo** afirmou que houve prejuízo manifesto ao recorrido, porquanto *"pode ter influenciado o íntimo convencimento dos jurados, isso é, há possibilidade de o julgamento ter iniciado com o Conselho de Sentença predisposto a condenar o recorrente, além de ter flagrantemente surpreendido e cerceado a defesa técnica do acusado."* (fl. 858), razão pela qual declarou a nulidade da respectiva sessão Plenária, submetendo o recorrido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

Assim, constatada ser a violação ao art. 479 do Código de Processo Penal de natureza relativa e, tendo a Corte local afirmado **ter ocorrido manifesto prejuízo ao recorrido**, inviável a modificação do julgado quanto à não ocorrência de efetivo prejuízo à defesa, ao argumento de que a menção genérica a documentos desentranhados dos autos não foi capaz de configurar excesso por parte da acusação, ou, ainda, que inexistiu registro da específica extensão das referências realizadas, pois, para tanto, seria necessário o revolvimento das provas dos autos, providência inviável em recurso especial conforme disposição da Súmula 7 desta Corte.

A propósito:

**"REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JURI. LEITURA DE DOCUMENTO PELA DEFESA NÃO JUNTADO AOS AUTOS. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.**

1. O artigo 479 da Lei Processual Penal veda a leitura de documento ou a apresentação de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

2. Desconstituir o entendimento do Tribunal de origem, quanto ao prejuízo causado à acusação, pela apresentação de documento novo pela defesa durante os debates, objetivando afastar a nulidade do julgamento, exige o reexame

*do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via eleita ante o óbice da Súmula 7/STJ*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento."*  
(AgRg no AREsp 1003820/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 07/06/2017)

**"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. TRIBUNAL DO JÚRI. VIOLAÇÃO AO ART. 479 DO CPP. MENÇÃO INDIRETA À INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELO PARQUET À RESPEITO DE OUTROS CRIMES PRATICADOS PELO RÉU. POSSIBILIDADE. JUNTADA DENTRO DO TRÍDUO LEGAL. INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA. NECESSIDADE. NULIDADE EXISTENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. Não há falar em violação do princípio da colegialidade, uma vez que a decisão monocrática foi proferida com fundamento no caput do artigo 557 do Código de Processo Civil, que franqueia ao relator a possibilidade de negar seguimento ao recurso quando manifestamente improcedente ou em confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal Superior.*

*2. O art. 479 do Código de Processo Penal dispõe acerca da necessidade de juntada de documentos ou objetos que serão utilizados pelas partes na sessão plenária dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis a contar do dia designado para o julgamento, em obediência aos princípios do contraditório, da não surpresa, da lealdade processual e da paridade de armas.*

*3. Para incidência da norma constante do art. 479 é imprescindível que o conteúdo do documento ou objetos utilizados na sessão plenária versem sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos Jurados, ou que, a despeito de não se referirem diretamente ao fato em discussão, digam respeito ao agente, como a sua certidão de antecedentes criminais ou um documento equivalente.*

*4. Eventuais nulidades decorrentes da inobservância do art. 479 do Código de Processo Penal são de natureza relativa e, como tal, exigem a demonstração de efetivo prejuízo pela parte dita prejudicada. Máxima pas de nullite sans grief. Precedentes.*

*5. A modificação do acórdão recorrido, para concluir pela não ocorrência de prejuízo aos recorridos, demanda incursão no material fático-probatório, providência obstada na via do recurso especial.*

*6. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp*

1552793/MG, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 17/12/2015, destaquei)

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso I, do Regimento Interno do STJ, **não conheço do recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

